

A SOMBRA DE JANOT

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA TORPEDEIA O PMDB E PÕE EM XEQUE O *IMPEACHMENT* E O GOVERNO INTERINO

por RODRIGO MARTINS

Astraças levaram menos de um mês para corroer o disfarce do golpe. Reveladas em maio, as gravações de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobras, desnudaram a conspiração para derrubar Dilma Rousseff e deter o avanço da Lava Jato. Agora, os áudios servem de base para a Procuradoria-Geral da República solicitar a prisão de quatro integrantes da cúpula do PMDB: o senador Romero Jucá, hoje na chefia do partido; Eduardo Cunha, afastado pelo Supremo Tribunal Federal do comando da Câmara; Renan Calheiros, presidente do Senado; e José Sarney, ex-presidente da República. Os dois primeiros participaram ativamente da articulação do *impeachment*, os demais se prestaram ao papel de fiadores do processo. Todos são acusados de obstruir a Justiça, o que aumenta a pressão sobre o

governo interino de Michel Temer, o surfista da conspirata bananeira.

O enésimo escândalo envolvendo colaboradores da gestão provisória, bem como a incapacidade de dar uma resposta adequada à crise econômica que assola o País, deu fôlego à proposta de antecipar as eleições presidenciais. Um grupo de cerca de 30 senadores – em sua maioria contrários ao *impeachment* de Dilma, mas também alguns que votaram a favor da admissibilidade do processo – esboça uma proposta de plebiscito, no qual os eleitores seriam consultados sobre a possibilidade de eleger um novo representante. *CartaCapital* manifesta apoio ao movimento e pede que a presidenta afastada assuma o compromisso de encampar a proposta caso não perca na próxima votação no Senado (*leia a Carta Aberta assinada por Mino Carta, na página 24*).

Fosse a corrupção uma modalidade olímpica, a turma que hoje ocupa o Palácio do Planalto mereceria uma

medalha de ouro, como observou o jornal *New York Times*, em editorial publicado na segunda-feira 6. O diário americano ainda não tinha conhecimento dos pedidos de prisão apresentados pelo procurador-geral Rodrigo Janot. Referia-se apenas aos tropeços das primeiras semanas do governo Temer.

Motivos não faltam. Os áudios de Machado levaram à exoneração de Jucá do Ministério do Planejamento e de Fabiano Silveira da pasta da Transparência. Henrique Eduardo Alves, titular do Turismo, também está na mira da Lava Jato. Em despacho ao STF, Janot pede a abertura de inquérito contra ele, Cunha e o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro. Neste caso, os parlamentares são suspeitos de atuar em favor da empreiteira no Congresso em troca de doações. Nomeada para a secretaria de Políticas para Mulheres, a ex-deputada Fátima Pelaes é investigada pelo desvio de 4 milhões de reais de emendas parlamentares por outra operação da PF.

ED FERREIRA/FOLHAPRESS



Ao todo, Temer reuniu um time de nove ministros citados na Lava Jato e outros seis em investigações diversas. Para a economia, propõe o desgastado receituário neoliberal, centrado nos cortes de gastos públicos e nas privatizações (leia a reportagem de André Barrocal à página 26). Emite, ainda, sinais contraditórios. Ao mesmo tempo que prega austeridade fiscal, encampa um pacote de reajustes ao funcionalismo, sobretudo do Judiciário, a um custo estimado de 52 bilhões de reais até 2019. Sem falar da eliminação e recriação de ministérios ao sabor da conveniência política, como se viu no caso da pasta da Cultura.

Os pedidos de prisão contra a cúpula do PMDB são sigilosos. Nos trechos vazados à mídia, Janot acusa Calheiros, Jucá e Sarney de combinar versões para livrar a turma do alcance da Lava Jato. O trio teria, ainda, atuado para impedir que Machado colaborasse com os investigadores. Além do que veio a público com as gravações feitas pelo ex-presidente da Transpetro, a PGR reuniu outros indícios e provas que permanecem em segredo. Documentos podem ter sido maquiados para ocultar desvios na subsidiária da Petrobras. No caso de Cunha, argumenta-se que o deputado, mesmo afastado da Câmara, continuou operando para obstruir a Justiça e as investigações contra ele no Conselho de Ética da Casa. Todos os acusados negam as acusações e queixam-se da atuação de Janot.

Por meio de nota, Calheiros classificou o pedido de prisão como uma medida “desarrazoada, desproporcional e abusiva”. Evoca-se a Constituição, segundo a qual um parlamentar só pode ser preso se for pego em flagrante. Para prender o senador Delcídio do Amaral, a PGR valeu-se da tese de que ele praticara uma “ação criminosa continuada”,

com a finalidade de obstruir as investigações. Mesmo adversários políticos do PMDB criticam o entendimento. “Tenho repulsa por todos esses nomes incluídos no pedido de Janot, mas o Estado de Direito não prevê atalhos. É preciso observar a legalidade da medida”, ponderou o deputado petista Wadih Damous, ex-presidente da OAB do Rio de Janeiro.

No Senado, a notícia foi tratada com cautela tanto por aliados dos investigados quanto por opositores. Diferentemente do ocorrido com Eduardo Cunha, que passou a ser bombardeado de críticas tão logo se converteu em réu da Lava Jato, Calheiros pôde conduzir as sessões da Casa Legislativa sem ser importunado. Os adversários temem o chamado “efeito bumerangue”. A Odebrecht, maior empreiteira do País, negocia os termos de uma ecumênica e avassaladora delação. Planilhas apreendidas pela Polícia Federal na casa de um ex-executivo da empresa listam possíveis repasses a pelo menos 316 políticos de 24 partidos, entre eles dezenas de senadores e deputados. Reveladas em março, as tabelas não deixam claro se os valores correspondem a propinas, doações legais de campanha ou caixa 2. Caberá aos delatores apontar o dedo acusatório.

De toda forma, não há como minimizar os impactos do cerco de Janot. “Os pedidos de prisão atingem os principais articuladores políticos do governo Temer”, observa o petista Humberto Costa, antigo líder da gestão Dilma no Senado. “Diante de tanta sujeira exposta, como o Congresso pode julgar uma presidente com base em pedaladas fiscais? É absolutamente ilógico”, emenda o colega Lindbergh Farias.

Relator da Lava Jato no STF, o ministro Teori Zavascki recebeu os pedidos de prisão contra a cúpula do PMDB três

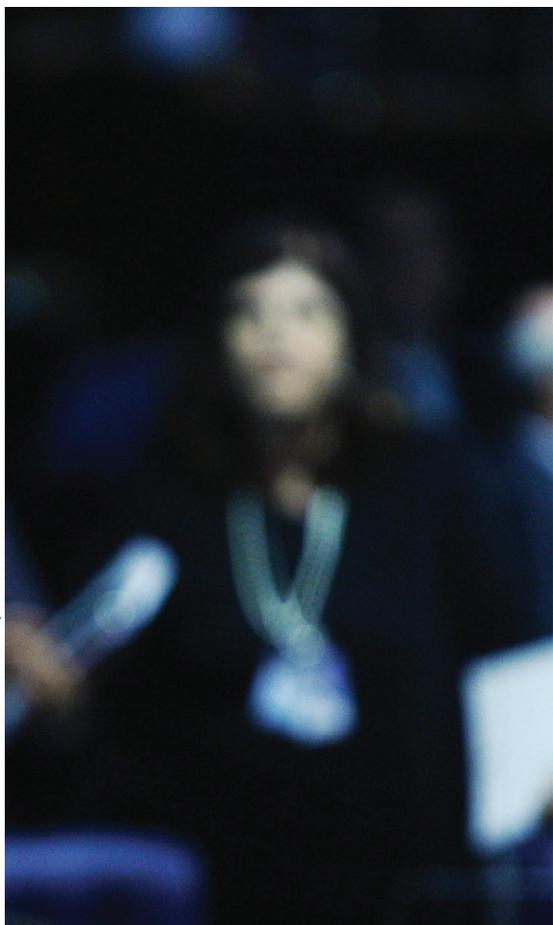


Infatigável lutador, Roberto Requião ainda se esforça para impedir o lance final do golpe

semanas antes do vazamento de trechos à mídia. A divulgação do conteúdo sigiloso despertou a ira de um colega da Corte, Gilmar Mendes. “Não se pode brincar com esse tipo de coisa. ‘Ah, é processo oculto’, pede-se sigilo, mas divulga-se para a imprensa que tem um processo aqui, um inquérito. Isso é algo grave.” A reprimenda seria razoável, não fosse tardia e cínica. Há mais de dois anos o noticiário nacional nutre-se do expediente para alimentar as acusações que pesam contra petistas na Lava Jato e em outras investigações. Em momento algum o magistrado manifestou qualquer tipo de censura à prática, hoje classificada como “criminosa”.

Em março, quando foram vazados trechos de conversas entre Dilma e o ex-presidente Lula – gravadas ilegalmente, fora do período autorizado pela Justiça –, Mendes não apenas considerou a divulgação “correta” como antecipou juízo sobre o seu conteúdo, “extremamente grave”. À época, apenas dois ministros da Corte criticaram a decisão do juiz Sergio Moro de dar publicidade aos áudios: Zavascki e Marco Aurélio Mello.

Magistrado de indisfarçável simpatia tucana, Mendes também relutou em autorizar dois inquéritos contra o senador Aécio Neves, do PSDB. Ao devolver os pedidos à PGR, o magistrado questionou sobre a real necessidade das apurações.



Não colou. Janot enviou um novo parecer à Corte, e Mendes viu-se compelido a dar aval para o trabalho da PF.

Uma das linhas de investigação apura a participação de Aécio no rateio das propinas de Furnas, trama descrita por três delatores: o doleiro Alberto Youssef, o lobista Fernando Moura e o ex-senador Delcídio do Amaral. Com base no relato desse último, o mineiro também é suspeito de maquiagem as contas do Banco Rural durante a CPMI dos Correios, entre 2005 e 2006, para esconder as pegadas do “mensalão” tucano. Então presidente da comissão, Amaral declarou ter “segurado a barra” para que não viessem a público certas movimentações

MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO. ELZA FIUZA/ABRE E EVARISTO SA/AF/FP



Este senhor tem diversas opiniões sobre os vazamentos seletivos

financeiras do publicitário Marcos Valério, que atingiriam em cheio integrantes do PSDB envolvidos no escândalo em Minas Gerais. Aécio teria articulado a operação abafa.

A desmoralização do governo Temer e de seus aliados é o combustível que move um grupo de parlamentares empenhado na proposta de um plebiscito, no qual o povo poderia decidir sobre a ideia de antecipar as eleições presidenciais. Alguns observam, com boa dose de razão, que o ideal seria renovar o Parlamento também, mas a ideia de abreviar os próprios mandatos é minoritária. No entendimento desse coletivo, Temer não tem legitimidade para comandar o País, ainda mais com uma agenda econômica que não passou pelo crivo das urnas. Dilma, por sua vez, dificilmente reconquistaria a governabilidade, além de colher a desconfiança de setores da esquerda insatisfeitos com sua gestão.

Em conversas reservadas, diversos parlamentares do PT apoiam a iniciativa. Alguns estão, inclusive, empenhados na negociação com os movimentos sociais que resistem à ideia, por entender que as novas eleições legitimariam o golpe ou representariam a capitulação da presidenta.



Apesar de Gilmar, este outro senhor ainda está em dificuldades

Na terça-feira 7, o senador Roberto Requião, do PMDB do Paraná, organizou um jantar para cerca de 30 senadores simpáticos à proposta de plebiscito. “Foi uma reunião suprapartidária. Vários dos que votaram pela admissibilidade do *impeachment* estavam lá. Não pretendo revelar os nomes para evitar o assédio do governo, senão daqui a pouco veremos alguns deles receber convites para assumir um ministério ou uma estatal”, ironiza. “Temer fez uma composição de governo absolutamente fisiológica e entregou para a banca a condução da economia. Temos um banqueiro no Banco Central e outro no Ministério da Fazenda. E nós já conhecemos o efeito desse receituário neoliberal. Nós, a Grécia, a Alemanha, Portugal... Além disso, o pessoal está estupefato com as novas denúncias.”

Presente no encontro, João Capiberibe, do PSB do Amapá, há tempos defende a proposta de antecipar as eleições. “Os equívocos e a duvidade do governo Temer, que toma uma decisão pela manhã, repensa à tarde e desfaz à noite, também gera enorme desconfiança sobre a capacidade de ele conduzir uma solução para a dupla crise, política e econômica”, emenda. “O plebiscito pode ser realizado em 2 de outubro, concomitante com as eleições municipais. Falta aprofundar



o debate sobre modelo dessas novas eleições, se será para um mandato-tampão de dois anos ou para um período maior. As ideias estão na mesa.”

A expectativa do grupo é que Dilma assuma o compromisso de convocar o plebiscito caso seja absolvida pelo Senado. Dessa forma, seria possível derrotar o *impeachment* no Senado e forçar Temer a aceitar a solução. Tal concertação aliviaria o peso que repousa sobre os ombros dos indecisos. “Não estou convencido de que o *impeachment* é golpe, mas tem cheiro. E o odor ficou mais forte após as revelações de Sérgio Machado. Por outro lado, simplesmente votar contra significa dar um fôlego de dois anos para o governo Dilma, que foi desastroso”, diz Cristovam Buarque, do PPS, que votou a favor da admissibilidade do processo e, agora, revelou-se indeciso. “O ideal é ter novas eleições e o plebiscito é uma saída para viabilizá-las, pois está previsto na Constituição. Caberá ao povo decidir sobre o mandato que ele mesmo outorgou.”

Líder da Minoria na Câmara, o deputado petista José Guimarães observa que ainda não há consenso em torno da proposta, mas defende a necessidade de Dilma “liderar uma alternativa”. “A resolução dessa gigantesca crise institucional passa pela presidenta. Se não for pelo compromisso de convocar um plebiscito, deve acenar para uma nova composição de governo, para uma proposta de reforma política ampla.”

Enquanto as nuvens se adensam no Senado, prenúncio de tempestades na batalha do *impeachment*, Temer obtém importantes vitórias na Câmara. Em votação iniciada na quarta-feira 8 e estendida pela madrugada do dia seguinte, o governo interino conseguiu ampliar e prorrogar até 2023 a Desvinculação de Receitas da União. Aprovada em dois turnos de votação, a Proposta de Emenda à



Molon, esperançoso até o fim

Constituição permite à União gastar livremente até 30% dos tributos federais vinculados a determinado órgão ou despesa. Até 2015, o limite era de 20%. Dessa forma, gastos obrigatórios com saúde e educação podem ser reduzidos.

Sócio de Temer na aventura do *impeachment*, Cunha mantém forte influência no jogo legislativo, mesmo após o STF determinar seu afastamento da presidência da Câmara. Até o momento tem obtido extraordinário êxito na estratégia para livrar-se do processo por quebra de decoro parlamentar. Na quarta-feira 8, um pedido de vista adiou a votação do relatório de Marcos Rogério, a recomendar a cassação do peemedebista com milionárias contas secretas em paraísos fiscais. Voto decisivo, a deputada Tia Eron, do PRB, não compareceu à sessão. Com a sua ausência, o



Tia Eron, a cúmplice

suplente Carlos Marun, devotado soldado da tropa de choque de Cunha, poderia sacramentar a absolvição do aliado.

“Dei tempo para Tia Eron repensar e votar com a consciência dela, e não com a consciência do governo”, disse o deputado José Carlos Araújo, presidente do Conselho de Ética. Durante a sessão, a parlamentar escondeu-se na liderança do PRB na Câmara. O presidente do partido, Marcos Pereira, é ministro da Indústria, Comércio e Serviços de Temer.

Na Comissão de Constituição e Justiça, os aliados de Cunha também manobram para garantir sua absolvição. Em resposta a uma consulta feita pela presidência da Câmara, Arthur Lira, do PP, preparou um relatório que abre caminho para salvar o mandato do peemedebista, pois impede recursos em plenário para uma punição mais dura, caso o Conselho de Ética se limite a aprovar uma mera suspensão de Cunha. O PR, por sua vez, decidiu trocar integrantes da CCJ para reforçar a bancada pró-Cunha no colegiado. Nenhuma ponta solta no *script* da “anistia”.

Apesar dos reveses, o deputado Alesandro Molon, da Rede, diz confiar no discernimento dos colegas para evitar a “desmoralização completa” do Parlamento. E alerta: as sucessivas manobras para evitar a própria cassação podem comprometê-lo ainda mais no curso da Lava Jato.

“Todas as interferências feitas na Câmara, em que se percebe a impressão digital de Cunha, apenas revelam que a decisão do STF de afastá-lo não foi respeitada, o que deve reforçar o pedido de prisão feito pelo procurador-geral”, avalia Molon. O deputado também manifesta apoio ao movimento dos senadores por um plebiscito. “Cresce o entendimento de que o *impeachment* deve ser barrado, mas, ao retornar ao cargo, a presidente afastada não teria condições de desfazer o nó da crise política brasileira, o que seria possível com novas eleições.”